

PORTUGAL



BOLETIM INFORMATIVO DE ARTES E LETRAS

I República, uma menina de 100 anos...

A Implantação da **República Portuguesa** foi o resultado de um golpe de estado organizado pelo **Partido Republicano Português** que, no dia **5 de Outubro de 1910**, destituiu a monarquia constitucional e implantou um regime republicano em Portugal.

A subjugação do país aos interesses coloniais britânicos, os gastos da família real, o poder da igreja, a instabilidade política e social, o sistema de alternância de dois partidos no poder (os progressistas e os regeneradores), a ditadura de **João Franco**, a aparente incapacidade de acompanhar a evolução dos tempos e se adaptar à modernidade — tudo contribuiu para um inexorável processo de erosão da monarquia portuguesa do qual os defensores da república, particularmente o **Partido Republicano**, souberam tirar o melhor proveito. Por

contraponto, a república apresentava-se como a única capaz de devolver ao país o prestígio perdido e colocar Portugal na senda do progresso.



Após a relutância do exército em combater os cerca de dois mil soldados e marinheiros revoltosos entre 3 e 4 de outubro de 1910, a **República** foi proclamada às 9 horas da manhã do dia seguinte da varanda dos **Paços do Concelho de Lisboa**. Após a revolução, um governo provisório chefiado por **Teófilo Braga** dirigiu os destinos do país até à aprovação da **Constituição de 1911**, que deu início à **Primeira República**. Entre outras mudanças, com a implantação da república, foram substituídos os símbolos nacionais: o hino nacional e a bandeira.

(...)

Durante o tempo que esteve em funções, o **Governo Provisório** tomou uma série de medidas importantes e que tiveram um efeito duradouro. Para apaziguar os ânimos e reparar as vítimas da monarquia, foi concedida uma ampla amnistia para crimes contra a segurança do Estado, contra a religião, de



desobediência, de uso de armas proibidas, etc. A **Igreja Católica** ressentiu-se bastante das medidas tomadas pelo **Governo Provisório**. Entre estas destacam-se a expulsão da **Companhia de Jesus** e das ordens do clero regular, o encerramento dos conventos, a proibição do ensino religioso nas escolas, a abolição do juramento religioso nas cerimónias civis e a laicização do Estado pela separação entre a Igreja e o Estado. Foi institucionalizado o divórcio e a legalidade dos casamentos civis, a igualdade de direitos no casamento entre homem e mulher, a regularização jurídica dos filhos naturais; a protecção à infância e aos idosos, a reformulação das leis da imprensa, a extinção dos títulos nobiliárquicos e o reconhecimento do direito à greve. O **Governo Provisório** optou, ainda, pela extinção das então guardas municipais de Lisboa e do Porto, substituídas por um novo corpo



público de defesa da ordem, a **Guarda Nacional Republicana**. Para as colónias, criou-se legislação com vista a conceder autonomia às províncias ultramarinas, condição necessária ao seu desenvolvimento. Entretanto, foram alterados também os símbolos nacionais — a bandeira e o hino —, foi adotada uma nova unidade monetária — o escudo, a equivaler a mil réis — e até a ortografia da língua portuguesa foi simplificada e devidamente regulamentada, através da **Reforma Ortográfica de 1911**.

O **Governo Provisório** gozou de amplos poderes até à abertura oficial da **Assembleia Nacional Constituinte**, em 19 de junho de 1911, na sequência das eleições de 28 de Maio desse ano. Nesse momento, o presidente do **Governo Provisório**, **Teófilo Braga**, entregou à **Assembleia Nacional Constituinte** os poderes que lhe haviam sido conferidos a 5 de Outubro de 1910. No entanto, a Assembleia aprovou por aclamação a

proposta apresentada ao congresso pelo seu presidente **Anselmo Braamcamp Freire**: "A *Assembleia Nacional Constituinte confirma, até ulterior deliberação, as funções do Poder Executivo ao Governo Provisório da República*".

Dois meses mais tarde, com a aprovação da **Constituição Política da República Portuguesa** e a eleição do primeiro presidente constitucional da República — **Manuel de Arriaga**, a 24 de agosto — o **Governo Provisório** apresentou a sua demissão, que foi aceite a 3 de Setembro de 1911 pelo presidente da república, pondo fim a um mandato de mais de 10 meses. Começava a Primeira República.

Fonte: Wikipedia.

OS 100 ANOS DA REPÚBLICA

MUSEU DA CIDADE
Era uma vez a República...
Aconteceu na República...
Visitas orientadas com oficina de expressão plástica

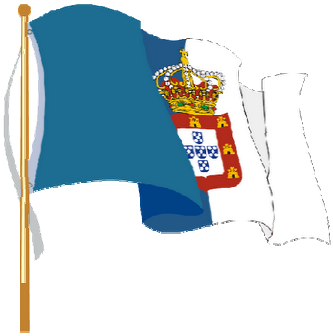
MUSEU BORDALO PINHEIRO
Zé Povinho e a República
Visita orientada com oficina de expressão plástica
Bordalo e a República
Visita orientada

2010
SERVIÇO DE ANIMAÇÃO E PEDAGOGIA
MARCAÇÃO PRÉVIA
21 751 32 14/15
PARA MAIS INFORMAÇÕES, CONSULTE: ACTIVIDADES

museu da cidade Lisboa

AJUDE-NOS A DIVULGAR A CULTURA PORTUGUESA!
Colabore com a campanha destinada à obtenção de fundos e de novos aderentes!
Telefaxe. 0212 985.41.43 - E-mail: - iptcultura@gmail.com
<http://www.institutoportuguesdecultura.blogspot.com>

República inaugura novos símbolos nacionais: A bandeira



Com a implantação da **República**, os símbolos nacionais foram modificados. Sobre o busto e o escudo da **República** não houve grandes disputas. O tema da bandeira já não foi tão pacífico. Por decreto datado de 15 de Outubro de 1910 do **Governo Provisório**, foi nomeada uma comissão encarregada de os criar. A modificação dos símbolos nacionais, segundo o historiador **Nuno Severiano Teixeira**, surgiu da dificuldade que os Republicanos enfrentaram para representar a República: Em relação à bandeira, existiam duas tendências: uma de manter as cores azul e branca, tradicional das bandeiras portuguesas, e outra de usar cores "mais republicanas": verde e vermelho. A proposta da comissão sofreu várias alterações, sendo o desenho final retangular, com os dois quintos próximos da haste com a cor verde e os três quintos, do lado do batente, com a cor vermelha. A cor verde foi escolhida por ser a "cor da esperança", enquanto o vermelho é uma cor "combativa, quente, viril, por excelência". Na união das duas cores, o escudo das armas nacionais orlado a branco, sobre a esfera armilar manuelina. O projeto da bandeira foi aprovado pelo **Governo Provisório** por um voto a 29 de Novembro de 1910. No dia 1 de Dezembro foi celebrada a **Festa da Bandeira**, frente à **Câmara Municipal de Lisboa**. A **Assembleia Nacional Constituinte** promulgou a escolha da bandeira em 19 de Junho de 1911.



O hino nacional...

Em 19 de Junho de 1911 a **Assembleia Nacional Constituinte** proclamou **A Portuguesa** como hino nacional em substituição do *Hymno da Carta*, anterior hino nacional desde Maio de 1834, inscrevendo-a como símbolo nacional na Constituição portuguesa de 1911. **A Portuguesa** fora composta em 1890, com música de **Alfredo Keil** e letra de **Henrique Lopes de Mendonça**, em reação ao *Ultimatum* inglês. Nasceu como uma canção de cariz patriótico e foi utilizada, com uma letra ligeiramente diferente, como a marcha dos revoltosos de 31 de Janeiro de 1891 na tentativa falhada de golpe de Estado que pretendia implantar a república em Portugal, razão pela qual o regime monárquico a proibiu.

Embora proclamada hino nacional em 1911, só em 4 de Setembro de 1957 foi aprovada a versão oficial que é hoje tocada em cerimónias nacionais civis ou militares e aquando da visita de chefes de estado estrangeiros.

Nesta nova versão deu-se uma modificação da qual poucos se lembram. Como o hino aparece numa resposta ao *Ultimato* britânico, onde hoje se canta *contra os canhões, marchar, marchar!* nesse então cantava-se *contra os bretões, marchar, marchar!* Nos nossos dias, já houve que propusesse uma nova alteração à **Portuguesa**, entre outras razões, por aquilo de que já não somos "*heróis do mar*". Menos mal que o autor da proposta não parece ter em mente mudar que somos "*nobre povo*".



O Busto...uma caixaira do Chiado passa à história

O busto oficial da República foi escolhido num concurso nacional promovido pela Câmara Municipal de Lisboa em 1911, do qual participaram nove escultores. É da autoria de **Francisco dos Santos** e está atualmente exposto na Câmara Municipal, estando o gesso original no Centro Cultural Casapiano, uma vez que o autor fora aluno da Casa Pia de Lisboa.

Existe, no entanto, outro busto que foi adotado como o rosto da República, da autoria de **José Simões de Almeida** e criado em 1908. O seu original encontra-se na Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos. A modelo para este busto foi **Ilda Pulga**, uma jovem trabalhadora do comércio do Chiado, que faleceu há bem pouco, em 1993, com 101 anos de idade. Fiel ao conservadorismo da época, a mãe de **Ilda Pulga** só aceitou a que a filha fosse modelo se ela estivesse sempre presente e que a jovem não tivesse que se despir!

O busto mostra a República com um barrete frígio, influência da Revolução Francesa. (A Portuguesa está igualmente inspirada no hino francês: A Marselhesa).



Reconhecimentos internacionais...

Em 1910, a grande maioria dos Estados europeus eram monarquias. Apenas a França, a Suíça e San Marino eram repúblicas. Por isso, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório, chefiado por Bernardino Machado, apressou-se a comunicar aos representantes diplomáticos em Portugal que o Governo honraria todos os compromissos internacionais assumidos pelo anterior regime.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer *de jure* o novo regime político português, a 22 de Outubro. No dia seguinte, seria a vez da Argentina; a 29 a Nicarágua; a 31 o Uruguai; a 16 e 29 de Novembro, a Guatemala e a Costa Rica; o Peru e o Chile a 5 e a 19 de Dezembro; a Venezuela a 23 de Fevereiro de 1911; o Panamá a 17 de Março. Em Junho de 1911 foi a vez dos Estados Unidos.

Na Europa, a 10 de Novembro de 1910, o governo britânico reconheceu *de facto* a República portuguesa. Idêntica posição tomaram os governos espanhol, francês e italiano. No entanto, reconhecimentos *de jure* só surgiram após a aprovação da Constituição e da eleição do presidente da República. A República Francesa foi a primeira a fazê-lo a 24 de Agosto de 1911. Só a 11 de Setembro o Reino Unido fez o seu reconhecimento, acompanhado da Alemanha, do Império Austro-Húngaro, da Dinamarca, da Espanha, da Itália e da Suécia. Seguiram-se a 12, a Bélgica, a Holanda e a Noruega; a 13 a China e o Japão; a 15 a Grécia; a 30 a Rússia; a 23 de Outubro a Roménia; a 23 de Novembro a Turquia; a 21 de Dezembro o Mónaco; e a 28 de Fevereiro de 1912 o Reino do Sião.

Em virtude da tensão criada entre a jovem República e a Igreja Católica, as relações com a Santa Sé ficaram suspensas, não procedendo a cúria romana ao reconhecimento da República Portuguesa até 29 de junho de 1919.



www.institutoportuguesdecultura.blogspot.com
Informações em português, castelhano, inglês e francês.

